



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N.º 1.275, DE 28 DE JUNHO DE 2006.

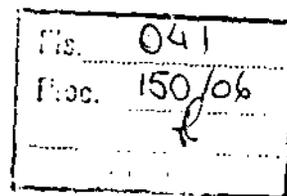
“Dispõe sobre a composição, organização e competência do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, bem como do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e dá outras providências.”

Autor: Executivo

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Título I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



Capítulo I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, instância colegiada municipal do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, de caráter permanente, com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, constitui-se num órgão colegiado, de composição paritária entre o poder público e a sociedade civil, integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos do artigo 147 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º O COMAS tem por objetivos básicos o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Assistência Social, observando o seguinte:

- I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- o amparo às crianças e adolescentes em vulnerabilidade;
- III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

- IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- o amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;
- VI- o amparo às pessoas que vivem em situação de rua;
- VII- a garantia de benefício de prestação continuada às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, mediante parceria com o Governo Federal, nos termos que dispõe a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS;
- VIII- a fiscalização, formulação e integração das políticas públicas, definindo diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família;
- IX- a promoção do acesso à rede de serviços públicos, especialmente de saúde, educação e assistência social;
- X- o combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional;
- XI- o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- XII- a promoção de combate à pobreza;
- XIII- a promoção à intersetorialidade, à complementaridade e à sinergia das ações sociais do Poder Público.

§ 1º A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

§ 2º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

Fls.	042
Proc.	150/06
	RP
VISTO	



Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Seção I

Dos Princípios

Art. 4º A Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como, à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como, dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

- I – comando único das ações na esfera municipal;
- II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social na esfera municipal.

Capítulo III

Da Organização e da Gestão

Fls. 044
Proc. 150/06
VISTO

Art. 6º As ações na área de Assistência Social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.

Art. 7º As ações de Assistência Social, no âmbito das entidades e organizações de Assistência Social, observarão as normas expedidas pelos Conselhos de Assistência Social, das três esferas de governo.

Art. 8º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º A inscrição da entidade no COMAS, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade beneficente de Assistência Social, conforme prevê a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

§ 2º As entidades e organizações de Assistência Social podem, para defesa de seus direitos referente à inscrição e ao funcionamento, recorrer aos Conselhos: Estadual e Federal.

Art. 9º O Município pode celebrar convênios com entidades e organizações de Assistência Social, em conformidade com os Planos aprovados pelo COMAS.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Fls.	045
Proc.	150/06
VISTO	

Art. 10 Compete ao Município:

- I- destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, após regulamentado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, inclusive quanto aos critérios de custeio;
- II- executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil,
- III- atender os serviços assistenciais de caráter de emergência,
- IV- prestar serviços assistenciais.

§ 1º Entendem-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei.

§ 2º Na organização dos serviços será dada prioridade à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social, objetivando cumprir o disposto no Artigo 227 da Constituição Federal, na Lei nº 8.069/90, e no artigo 23, parágrafo único da Lei n. 8742/93.

Título II

Da Organização do COMAS

Capítulo I

Das Atribuições e Competências

Art. 11 Respeitada a competência de iniciativa do Poder Executivo Municipal, compete ao COMAS, na forma da legislação vigente, obedecer às seguintes diretrizes:

- I- analisar e aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional e Estadual de Assistência Social, na



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

perspectiva do SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, visando a qualidade, a participação e o acesso do usuário na prestação de serviços, direcionando-a para efetivação do sistema descentralizado;

- II- fiscalizar a execução da Política Municipal de Assistência Social;
- III- aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, bem como suas adequações obedecendo as diretrizes estabelecidas nas Conferências Municipais de Assistência Social;
- IV- articular com as demais políticas sociais básicas, como saúde, educação, habitação e previdência social, entre outras, bem como com os Conselhos Municipais e de outras instâncias existentes, inclusive de âmbito regional, visando priorizar e racionalizar a execução dos serviços e programas municipais, em relação a nova política pública preconizada pelo SUAS;
- V- promover a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social, atuantes no Município, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS;
- VI- regulamentar e aprovar as propostas de prestações de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, de acordo com o preconizado na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social e nas legislações gerais do SUAS – Sistema Único de Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, visando padrões de qualidade para a prestação de serviços;
- VII- efetuar análise de processos concernentes aos pedidos de inscrição e atestados de funcionamento das Entidades de Assistência Social inscritas no COMAS;
- VIII- inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de âmbito municipal;
- IX- acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de Assistência Social prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas no Município;
- X- aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de Assistência Social públicos e privados no âmbito municipal, por meio de Resolução do COMAS;

Fls.	046
Proc.	150/06
<i>[Handwritten Signature]</i>	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

criar comissões para estudo de proposta de trabalho sobre as questões de assistência à família, ao idoso, ao portador de necessidades especiais, ao migrante, criança e adolescente, entre outros;

- XII- aprovar critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito municipal;
- XIII- aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados as ações finalísticas de Assistência Social, propondo e acompanhando os critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fiscalizando a movimentação e a aplicação dos recursos, bem como, apreciando a prestação de contas anual apresentada pelo mesmo;
- XIV- garantir a realização de Fóruns, Encontros e Conferências que visem a participação popular na elaboração da Política Municipal de Assistência Social no que tange à avaliação, acompanhamento e novas propostas das políticas públicas sociais;
- XV- fiscalizar ações das Entidades Sociais, conveniadas e/ou prestadoras de serviços de Assistência Social, com ou sem fins lucrativos, acionando os órgãos competentes no que couber e quando comprovado o descumprimento dos pressupostos estabelecidos na Legislação Federal, Estadual e Municipal, sobre a matéria;
- XVI- acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços de Assistência Social;
- XVII- propor o cancelamento das inscrições das Entidades e Organizações de Assistência Social que incorrerem em:
 - a) irregularidades na aplicação de recursos públicos de conformidade com o que dispõe a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social;
 - b) incompatibilidade das ações executadas pela Entidade com o preconizado em seu Estatuto Social;
 - c) a não observância das Resoluções do COMAS.

Fls.	047
Proc.	150/06
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

- XVIII-** aprovar o Relatório Anual de Gestão de acordo com a SUAS;
- XIX-** expedir os atos normativos necessários a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com as diretrizes estabelecidas com CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, conforme dispõe a Lei Orgânica de Assistência Social;
- XX-** estimular os organismos competentes a promoverem a formação e atualização de profissionais designados ao atendimento de Assistência Social, capacitando-os de acordo com o SUAS;
- XXI-** convocar e presidir, a cada 02 (dois) anos ordinariamente, ou extraordinariamente, por deliberação da maioria absoluta dos membros do COMAS, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da área e propor novas diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado pelo mesmo e em consonância com a Política Social preconizada pelo SUAS;
- XXII-** elaborar, aprovar e publicar seu Regimento Interno mantendo-o atualizado de acordo com as novas Políticas Sociais;
- XXIII-** elaborar, orientar e acompanhar a Regulamentação do Fundo Municipal de Assistência Social de acordo com a Legislação do SUAS;
- XXIV-** aprovar os Programas Anuais e Plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social;
- XXV-** zelar pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- XXVI-** garantir a participação da população no acompanhamento e na fiscalização de programas desenvolvidos pela Municipalidade, no âmbito da assistência social.

Parágrafo único. Além das competências acima descritas, competirá também ao Conselho Municipal de Assistência Social, atendendo a legislação vigente que dispõe sobre o Programa Bolsa Família, ou outro que vier a ser instituído com finalidades afins, o seguinte:

- I-** contribuir para a manutenção da qualidade do cadastro único das famílias a serem beneficiadas;

Fis.	048
Proc.	15066
R	
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

- I-** ajudar na identificação de potenciais beneficiários que porventura não tenham sido cadastrados;
- III-** acompanhar a situação de famílias que recebem o benefício e não se enquadram nos critérios estabelecidos para o Programa;
- IV-** acompanhar o cumprimento das condicionalidades pelas famílias;
- V-** ajudar a identificar ações que se enquadrem no conceito de “Programas Complementares” que possam ajudar e desenvolver as famílias que recebem benefícios;
- VI-** acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal;
- VII-** acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias do Programa Bolsa Família;
- VIII-** exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Capítulo II

Da Composição, Organização e Gestão

Art. 12 O COMAS será composto por 18 (dezoito) membros e seus respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, cujos nomes serão indicados pelas respectivas Secretarias Municipais, de acordo com os seguintes critérios:

- I-** 09 (nove) representantes do Poder Público Municipal, de livre escolha do prefeito, a seguir especificado:
 - a)** 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;
 - b)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;
 - c)** 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - d)** 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
 - e)** 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento, Governo e Gestão;

Fls.	049
Proc.	350/06
	8
	VIST



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda.

II- 09 (nove) representantes da sociedade civil, eleitos em foro próprio e nomeados pelo Prefeito, com a seguinte composição:

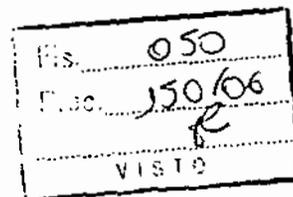
- a) 02 (dois) representantes dos usuários beneficiários dos serviços de transferência de renda e ou participantes dos projetos sociais;
- b) 02 (dois) representantes das entidades e organizações de assistência social, representando os empregadores do mencionado setor;
- c) 02 (dois) representantes dos trabalhadores do setor de assistência social;
- d) 02 (dois) representantes de associações civis;
- e) 01 (um) representante dos aposentados;

§ 1º A titularidade da representação da sociedade civil e respectiva suplência, serão exercidas pelas entidades com o maior número de votos obtidos em cada um dos segmentos das representações de que trata esse artigo;

§ 2º O exercício da suplência dos membros representantes da sociedade civil, obedecerá a ordem de eleição, dentro da mesma categoria de representação;

§ 3º Os membros efetivos e suplentes, mencionados no inciso II deste artigo, somente participarão do COMAS, desde que as entidades estejam juridicamente constituídas, inscritas no COMAS e em regular exercício.

§ 4º O COMAS será presidido por um de seus membros eleitos por no mínimo 2/3 (dois terços) dos votos dos membros titulares, para um mandato de 02 (dois) anos, sendo que o segundo mais votado será o vice-presidente, permitida uma única recondução, por eleição.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 5º Não atingindo o quorum necessário de no mínimo 2/3 (dois terços) dos votos dos membros titulares, deverá ser realizado uma nova eleição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir do resultado da primeira.

§ 6º Durante o período em que trata a alínea anterior, o COMAS permanecerá presidido pelo Titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, período em que, não poderá este Conselho realizar nenhuma apreciação de matéria com exceção o da própria eleição.

§ 7º A posse do Presidente e do Vice-presidente ocorrerá na mesma Sessão da eleição e será dada pelo Colegiado.

§ 8º Caso haja vacância do cargo de Presidente, o Vice-presidente assumirá interinamente e convocará eleição para eleger o Presidente a fim de complementar o respectivo mandato.

§ 9º No caso de vacância do cargo de Vice-presidente, o Plenário elegerá um de seus membros para exercer o cargo a fim de concluir o mandato.

Art. 13 As atividades dos membros do COMAS reger-se-ão pelas seguintes disposições:

- I- o exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não remunerado;
- II- os conselheiros serão excluídos do COMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou em 05 (cinco) reuniões intercaladas, durante o período de 12 (doze meses);
- III- os membros do COMAS, representantes do Poder Público poderão ser substituídos por ato do Prefeito Municipal;
- IV- os membros representantes da Sociedade Civil poderão ser substituídos a pedido do conselheiro, por meio de requerimento endereçado ao presidente do Conselho e, protocolado na secretaria Executiva do COMAS;

Fis.	051
Proc.	150/06
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

cada membro titular do Conselho terá direito a voz e a um único voto na sessão plenária,;

- VI- cada membro suplente terá direito a voz, podendo votar somente quando na substituição do respectivo titular, por qualquer motivo;
- VII- as decisões do COMAS serão consubstanciadas em Resoluções que deverão ser homologadas pelo Chefe do Executivo.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 14 O COMAS terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio, a ser elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei, aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal, obedecendo as seguintes normas:

- I- reuniões em sessões plenárias de deliberação realizadas ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria simples dos seus membros;
- II- todas as sessões do COMAS serão públicas e precedidas de divulgação;
- III- as Resoluções do COMAS, deverão ser publicadas em veículo de comunicação oficial do município;
- IV- verificação do quorum para o inicio das atividades da reunião;
- V- qualificação e habilitação dos Conselheiros para finalidade de votar;
- VI- aprovação da ata de reunião anterior;
- VII- aprovação da pauta de reunião;
- VIII- informes da Presidência, Comissões e/ou Grupos de Trabalhos;
- IX- apresentação, discussão e votação de matérias constantes em pauta;
- X- julgamento de processos administrativos;
- XI- encerramento da reunião.

Art. 15. O COMAS contará com uma Secretaria Executiva, exercida por um profissional de nível superior, diretamente subordinado à Presidência e ao Colegiado, e órgãos técnicos e administrativos, cuja estrutura, atribuições das

Fls.	052
Proc.	150/06
	fl
VISTO	



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

Funções e competência de seus dirigentes serão estabelecidas mediante Decreto do chefe do Executivo.

Parágrafo único. São competências das Secretaria Executiva:

- I- promover a praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do COMAS e dos órgãos integrantes de sua estrutura;
- II- dar suporte técnico-operacional para o Conselho, com vistas a subsidiar as realizações das reuniões dos colegiados;
- III- dar suporte técnico-operacional às comissões e/ou grupos de trabalho;
- IV- levantar e sistematizar as informações que permitam à Presidência e ao Colegiado adotar as decisões previstas em lei;
- V- executar outras competências que lhe sejam atribuídas.

Art. 16 Para melhor desempenho de suas funções, o COMAS poderá recorrer a pessoas, entidades ou organizações sociais, mediante os seguintes critérios:

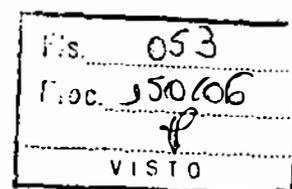
- I- consideram-se colaboradores do COMAS as instituições colaboradoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social sem embargo de sua condição de membro; e
- II- poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o COMAS em assuntos específicos.

Art. 17 O Município disponibilizará três servidores para auxiliar os trabalhos do Conselho, secretariando as reuniões, elaborando as pautas.

Art. 18 O gestor do fundo deverá ser nomeado e lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO IV

Da Coordenação da Política Municipal de Assistência Social





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 19 A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 20 À Secretaria Municipal de Assistência Social compete:

- I- executar, direta ou indiretamente, a Política Municipal de Assistência Social, em sua esfera de Governo, acompanhando, monitorando e avaliando o desenvolvimento da política em seu âmbito, bem como promovendo e apoiando investimentos para qualificar sua capacidade de gestão, incluindo atividades de formação e qualificação aos agentes do sistema;
- II- propor ao COMAS a Política Municipal de Assistência Social, suas normas gerais, bem como, os critérios de prioridade e elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de serviços, programas e projetos;
- III- elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, de acordo com os princípios e diretrizes definidos na Política de Assistência Social e nas Conferências;
- IV- elaborar e encaminhar ao COMAS a proposta orçamentária de Assistência Social;
- V- prestar assessoria técnica às Entidades e Organizações de Assistência Social abrangidas pelo município;
- VI- elaborar e executar a Política de Recursos Humanos, com a implantação de carreira para os servidores públicos que atuem na área da Assistência Social;
- VII- garantir qualificação continuada aos recursos humanos no âmbito de sua competência;
- VIII- desenvolver estudos, pesquisas e diagnóstico para fundamentar as análises de necessidades e formulação da política social;
- IX- articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde, educação e previdência social, bem como, com os demais órgãos responsáveis pelas políticas sócio-econômicas, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas;

054
150/06
<i>e</i>
VISTO



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

elaborar e submeter ao COMAS os Programas anuais e plurianuais, Relatório de Gestão, a Proposta da Lei Orçamentária, bem como, todos os documentos que congreguem as Políticas de Assistência Social;

- XI- operar os benefícios eventuais, previstos na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e respectivos atos normativos;
- XII- exercer as demais competências definidas em lei municipal que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Caraguatatuba.

CAPÍTULO V

Dos Benefícios Eventuais e dos Programas de Assistência Social

Art. 21 O COMAS deverá, após regulamentação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, dar cumprimento e fiscalizar a concessão e o valor dos benefícios eventuais estabelecidos pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e demais normas que tratam da matéria.

Art. 22 O COMAS e a Secretaria Municipal de Assistência Social, obedecendo aos objetivos e princípios da Lei Orgânica de Assistência Social LOAS, definirão os programas da área de Assistência Social do Município, articulando-se com outras Secretarias Municipais, bem como em outras esferas de Governo.

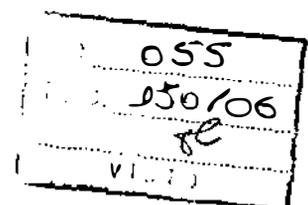
TÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Capítulo I

Do Financiamento de Assistência Social

Art. 23 O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de Assistência Social.





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 24 A gestão financeira e contábil dos recursos do FMAS será gerenciada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, como órgão da Administração Pública Direta responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social sob a orientação e controle do COMAS.

Art. 25 O FMAS será administrado por seu gestor, o qual deverá ser nomeado dentre os servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º As competências do gestor serão regulamentadas por ato do Executivo.

§ 2º FMAS contará com uma estrutura física administrativa vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social que designará servidores com qualificação necessárias ao seu funcionamento.

§ 3º O gestor do FMAS deverá reportar-se ao COMAS, ao Gestor Municipal do Sistema Único de Assistência Social e a outras autoridades, desde que devidamente convocado.

Art. 26 Constituirão receitas para o Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS:

- I- dotação consignada anualmente no orçamento do município destinada ao FMAS, bem como, as de obrigatoriedade legal a ele designadas;
- II- repasses de recursos da União, do Estado destinadas as ações de Assistência Social;
- III- dotação consignada anualmente no orçamento do Município destinada às ações de Assistência Social emergenciais;
- IV- repasses de recursos dos Fundos Federal e Estadual de Assistência Social;
- V- doações, auxílios, contribuições em espécie, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas, jurídicas nacionais e estrangeiras;
- VI- rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado de capitais;
- VII- receitas provenientes da arrecadação de programas municipais oficiais;
- VIII- quaisquer outros recursos e rendas que lhe forem destinados.

Fls.	056
Proc.	150/06
	82
	V I I



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º Os recursos previstos para a Secretaria Municipal de Assistência Social, visando a execução das ações no âmbito da assistência social, será automaticamente transferida para a conta do FMAS, como unidade orçamentária.

§ 2º O Poder Executivo disporá, no prazo de (60) dias, a contar da data da publicação desta Lei, sobre o regulamento e funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Título IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 As despesas oriundas da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, complementadas se necessário, ficando o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial para promover as despesas com a instalação da Secretaria Executiva do COMAS e do Fundo Municipal de Assistência Social, atendendo a legislação vigente sobre a matéria.

Art. 28 Os casos omissos, pendentes de regulamentação, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, efetivados por meio de Decreto, se for o caso.

Art. 29 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 365, de 07 de dezembro de 1.993 e Lei Municipal n.º 632 de 20 de outubro de 1.997.

Caraguatatuba, 28 de junho de 2006.

JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR
Prefeito Municipal

